



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

**SUPRAM NOROESTE DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização Ambiental**

**Parecer nº 52/SEMAD/SUPRAM NOROESTE-DRRA/2020**

**PROCESSO Nº 1370.01.0017504/2020-55**

<b>Parecer Único de Licenciamento Simplificado nº 14318519</b>			
<b>Nº Documento do Parecer Único vinculado ao SEI: 14318519</b>			
<b>PROCESSO Nº:1674/2020</b>		<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento	
<b>EMPREENDEDOR:</b>	Antônio Lemos do Prado	<b>CNPJ:</b>	05.729.604/0001-97
<b>EMPREENDIMENTO:</b>	Fazenda Leitão de Cima	<b>CNPJ:</b>	05.729.604/0001-97
<b>MUNICÍPIO(S):</b>	Paracatu/MG	<b>ZONA:</b>	Rural
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b>			
Captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos			
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
G-01-03-1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.	2	1
G-02-07-0	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo.	NP	1
G-05-02-0	Barragem de irrigação ou perinização para a agricultura	NP	1
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>		<b>REGISTRO:</b>	

Douglas Fernandes Pires Tamara Patrícia da Silva Pessoa	MG 218.708/D MG 143.787/D	
AUTORIA DO PARECER	MATRÍCULA	ASSINATURA
Ledi Maria Gatto Analista Ambiental	3365472-0	
De acordo:  Ricardo Barreto Silva –  Diretor Regional de Regularização Ambiental	1.148.399-7	



Documento assinado eletronicamente por **Ledi Maria Gatto Oppelt, Servidor(a) Público(a)**, em 14/05/2020, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Barreto Silva, Diretor(a)**, em 14/05/2020, às 19:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **14327062** e o código CRC **0B249349**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)			
PROCESSO SLA Nº: 1674/2020		SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento	
EMPREENDEDOR: Antônio Lemos do Prado		CPF:	05.729.604/0001-97
EMPREENDIMENTO: Fazenda Leitão de Cima		CPF:	05.729.604/0001-97
MUNICÍPIO: Paracatu/MG		ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none"><li>Há incidência de critério locacional</li></ul>			
G-01-03-1 G-02-07-0 G-05-02-0	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):</b> Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.  Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo.  Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura	CLASSE 2  NP  NP	CRITÉRIO LOCACIONAL   1
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO: Douglas Fernandes Pires Tamara Patrícia da Silva Pessôa		REGISTRO: MG 218.708/D MG 143.787/D	
AUTORIA DO PARECER		MATRÍCULA	ASSINATURA
Ledi Maria Gatto Analista Ambiental		365472-0	
De acordo: Ricardo Barreto Silva – Diretor Regional de Regularização Ambiental		1148399-7	



### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS)**

O empreendimento Fazenda Leitão de Cima, localiza-se na zona rural do município de Paracatu, há aproximadamente 30 km da sede urbana do município. atua no ramo de atividades agrossilvipastoris, exercendo suas atividades no município de Paracatu /MG. Possui área total de 496,98 ha, com área útil de 340,00 ha., foi formalizado, no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA o Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental Simplificado de nº 1674/2020, na data de 08/05/2020, via Relatório Ambiental Simplificado (RAS). Classificado na classe 2, tendo em vista a incidência do critério locacional, em função de Captação de água superficial em Área de Conflito por uso de recursos hídricos, fato que justifica a adoção do procedimento simplificado.

Foram apresentados os estudos ao critério locacional – Captação de água superficial em área de conflito por uso de recursos hídricos – tem como objetivo gerenciar o uso da água da região corroborando com a Análise de Conflito pelo Uso da Água – ACUA 04/2018 do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM.

As atividades principais do empreendimento objeto deste licenciamento são Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo (50 hectares), Culturas anuais, semi perenes e perenes em 340,00 hectares e Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura de 0,9 hectares.

A reserva legal se encontra averbada na matrícula nº 18.803, junto ao Cartório de Registro de Imóveis e foi apresentado o CAR.

O relevo do empreendimento é variado, sendo que nas áreas úteis sua declividade são em torno de 0 a 8%. Não há práticas conservacionistas e de controle de águas pluviais adotadas atualmente na propriedade. Como prática proposta, recomenda-se: Anualmente, durante a manutenção periódica, antes das primeiras chuvas, corrigir a inclinação das estradas. De acordo com a declividade, construir “bigodes” e/ou bacias de retenção de águas pluviais e efetuar um monitoramento constante da erosão laminar.

**Impactos / Medidas Mitigadoras**, apresentadas no RAS: Contaminação do solo / Implantar sistema de gestão de efluentes sanitários e de resíduos sólidos; Compactação do solo / Programa de conservação de solo e água; Manutenção das vias de acesso; Erosão devido à exposição às intempéries / Programa de conservação de solo e água; Contaminação em virtude da geração de efluentes sanitários / Sistemas de coleta, armazenamento e tratamento dos efluentes domésticos e da atividade de bovinocultura; Derramamento de óleo e combustíveis do maquinário / Sistema de gestão de resíduos oleosos; Ruídos gerados por equipamentos / Manutenção de equipamentos e uso de EPI's; Geração de resíduos / Coleta e disposição adequadas. Também, manutenção das áreas de APP e reserva legal que devem ser cercadas não permitindo o acesso do gado, conscientização ambiental.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

As utilizações dos recursos hídricos do empreendimento são realizadas: Irrigação: Captação superficial Processo 25294/2017 (Autotutela publicado no Jornal Minas Gerais de 28/06/2019 – Diário Executivo pág. 05) e captação subterrânea - Portaria 02949/2018 e consumo humano: Captação subterrânea – Portaria 02949/2018.

Por estas razões, sugerimos o **deferimento** da concessão da Licença Ambiental Simplificada referente ao empreendimento “Fazenda Leitão de Cima”, para as atividades de Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Culturas anuais, semi perenes e perenes, no Município Paracatu/MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo neste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



**Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Fazenda Leitão de Cima”**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Comprovar a adequação dos locais de armazenagem de combustíveis, lubrificantes e embalagens de agrotóxicos.	120 dias
02	Realizar disposição adequada das sucatas e dos resíduos sólidos gerados no empreendimento, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009, bem como destinar os filtros de óleos, estopas e sedimentos contaminados a empresas que possuam regularização ambiental e manter os recibos da destinação no empreendimento para atendimento de eventuais fiscalizações.	Durante a vigência da licença
03	Comprovar a instalação de tanques sépticos para tratamento dos efluentes sanitários gerados em todas as instalações do empreendimento, de acordo com a NBR 7229/93, complementada pela NBR 13.969/97, da Associação Brasileira de Normas.	120 dias
04	Dar a destinação sanitária e ambientalmente correta para as carcaças de animais, podendo ser feito o enterro em valas ou compostagens, exceto para o caso de doenças de controle oficial, para as quais se faz necessário o acompanhamento do órgão responsável, de acordo com recomendações específicas. Comprovar por meio de relatório técnico-fotográfico.	Durante a vigência da licença
05	Apresentar anualmente relatório técnico-fotográfico que comprove a implantação e execução das ações propostas nos programas, planos e projetos, com respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Durante a vigência da licença

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.